

A má educação como a principal causa da ruptura social

Bad education as the main cause of social disruption

Carlos Carvalhar*

Resumo: Este artigo visa explorar a questão da educação em Platão a partir da contextualização histórica, pensando o modelo de Atenas, Lesbos e Esparta, e da perspectiva por onde uma má *paideía*, a baixa qualidade na formação de cidadãos, se torna a principal causa geradora da ruptura social. Foi feita, então, uma reflexão sobre as possibilidades de educação que atenienses de classes sociais distintas teriam e sobre a proposta platônica fundamentada na combinação entre a ginástica e a música, para que se desenvolvesse um perfil de cidadão com ideais coletivos sólidos a ponto de se evitar a *stásis*.

Palavras-chave: Platão, educação, dissensão, *stásis*, *paideía*.

Abstract: This article aims to explore the question of education in Plato from the historical context, thinking the model of Athens, Lesbos and Sparta, and from the perspective where a bad *paideía*, the low quality in the formation of citizens, becomes the main generating cause of social disruption. Then, a reflection was made on the educational possibilities that Athenians from different social classes would have and on the Platonic proposal based on the combination of gymnastics and music, so that a citizen profile with solid collective ideals would be developed to the point of avoiding *stásis*.

Keywords: Plato, education, dissension, *stásis*, *paideía*.

Pretendo expor uma reflexão sobre a educação grega e a proposta de Platão a partir de uma perspectiva contemporânea, entrelaçando questões políticas de lá e cá. Em síntese, a má educação é aquela que não cultiva as características mínimas para se manter o bom convívio social. Por ser falha, ela gera um cidadão que não se importa mais com os outros além de si mesmo e de seu sucesso pessoal, que não reconhece nada além de seus próprios desejos e de suas opiniões sobre a sua realidade imediata. Esse tipo de pessoa, um verdadeiro *apaídeutos*, percebe apenas o mundo tal qual ele se mostra e é completamente descompromissado com outros tempos. Conhecer a História e entender a constituição do próprio mundo não lhe importa, tampouco planejar as consequências derivadas de uma ação, isto é, compreender o vínculo do nazismo com a extrema-direita, saber que não se deve queimar uma floresta inteira, nem subestimar uma pandemia mundial, não são coisas importantes para aquele que não teve uma boa educação. Esse individualismo exacerbado é, portanto, a consequência de uma má educação e ela, por sua vez, permite rompimentos

* Doutorando em filosofia no PPGF da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

constitucionais e até mesmo guerras civis. Simplesmente porque os frutos de uma *kakê paidéia* são pessoas capazes de se lançarem em aventuras narcísicas que podem causar danos a todos os outros da mesma sociedade, tal qual vários indivíduos em nossa sociedade atual, mas também da época clássica, como Alcebíades e Crítias.

A interpretação que farei aqui está ancorada nos ombros de Platão¹, mas não vejo como não inter-relacionar com questões atuais, uma vez que nosso tempo também colhe as consequências de uma má *paidéia* e de uma *stásis*, temas esses muito debatidos nos escritos platônicos. Como, por exemplo, em *Leis* 629d, onde a *stásis* é considerada uma guerra mais amarga que a empreendida contra inimigos estrangeiros ou na definição feita em *República* 470b, onde *stásis* é caracterizada como uma dissensão entre quem é familiar e de mesma estirpe, sendo distinta da guerra com estrangeiros, *pólemos*. Afinal, são muitos os fatores externos que podem afetar uma cidade, por exemplo, quando uma invasão estrangeira que tenha por único objetivo obter espólios de guerra ou colonizar ataca a cidade, mas nada é pior do que a cisão interna dentro da mesma comunidade política, mesmo quando uma pequena parte dos cidadãos, uma elite oligárquica, não age sozinha e faz acordos escusos com potências estrangeiras, entregando sua população ao caos enquanto se salvam pelo dinheiro e honrarias. É certo que uma dissensão política pode acabar com uma *pólis*, mas aquela que é composta por uma boa sociedade, feita de cidadãos muito bem-educados e unidos, não se romperá facilmente. Portanto, manter um elo político entre os concidadãos deve ser considerado como um dos maiores objetivos de um estado saudável. Visto que um bom governante jamais incitaria a divisão interna entre seus comandados, qualquer um em tal posição deve se comportar à altura do cargo e nunca governar apenas para os seus amigos ou sua família.

Falar sobre a interpretação grega da ruptura social em meio a um Brasil contemporâneo governado por uma *familícia* que ataca constantemente a educação pode parecer, em primeiro momento, um excesso, mas é importante destacar que a questão da família está completamente relacionada à interpretação grega da dissensão. Como aponta LORAUX (1987), a *stásis* é refletida como uma guerra em família, que quebra a confraternização e joga parente contra parente², sendo possível interpretar essa problemática pela tríade *stásis*, família e cidade³, pois “por vezes é a família que induz a

¹ Diógenes Laércio, em 3.4, diz que o filósofo teria o nome verdadeiro de Aristoclés, mas foi apelidado de Platão por seu treinador, uma vez que tinha a constituição física de ombros largos, o adjetivo utilizado é *platýtēs*, referente a *platýs* que significa largo, de ombros largos.

² LORAUX, 1987, p. 5-6.

³ A tríade aparece em diversos momentos em LORAUX (1987), como nas páginas 18 e 34.

stásis contra a cidade, às vezes é a *stásis* instalada na cidade que destrói a família, outras vezes é a cidade como família que repele a *stásis*”⁴. Os dois primeiros casos são fáceis de compreender, pois uma família pode querer tomar o controle da cidade para si, em prol de seu interesse particular, como também as questões políticas da cidade como um todo podem ocasionar rompimentos familiares, mas é o terceiro caso que é mais interessante para explorar aqui, pois uma solução difundida no pensamento grego, a ponto de ser considerado um *tópos* da retórica política⁵, é definir, “contra a guerra civil, o parentesco cívico”⁶, pois só haveria, então, uma solução: constituir “um parentesco generalizado que uniria todos os cidadãos uns aos outros”⁷.

Essa percepção encontra-se bem destacada em Platão, pois este autor também identifica a criação de vínculos de parentesco simbólico como uma alternativa para manter a cidade coesa, com a questão da comunidade de bens e mulheres dos guardiões na *República* sendo o maior exemplo disso. Estreitar entre os cidadãos os laços de fraternidade é uma forma de tentar impedir o aparecimento da *stásis*, uma vez que se considerava que a fraternidade fundaria a paz cívica⁸. A própria resolução da dissensão, como exposto na *República* 471a-b, por se tratar de uma guerra entre iguais, entre cidadãos-parentes, é vista como uma reconciliação⁹ entre familiares, com uma tendência natural para se enfrentar as divergências com benevolência e evitando-se o massacre de iguais. De fato, o apelo à fraternidade entre os cidadãos para terminar uma *stásis* pode ser comprovado com a Anistia de 403, que propôs um fim à revanche dos democratas quando estes derrotaram a tirania dos Trinta e voltaram ao poder em Atenas. Portanto, o ideário coletivo precisava ser sempre enaltecido para o bom funcionamento da cidade, sendo por isso que uma educação valorizadora do aspecto social necessariamente precisava ser defendida.

Assim, o processo educativo como um todo, em qualquer época, precisa evitar a todo custo gerar uma população de verdadeiros idiotas, isso no sentido grego da palavra *idiótēs*, ou seja, uma pessoa sem educação, um ignorante, um particular simplório, alguém que só cuida do próprio quintal. É certo que os idiotas são mais facilmente manipulados,

⁴ LORAUX, 1987, p. 18, tradução minha.

⁵ LORAUX, 1987, p. 26.

⁶ LORAUX, 1987, p. 24, tradução minha.

⁷ LORAUX, 1987, p. 28, tradução minha.

⁸ LORAUX, 1987, p. 8.

⁹ A reconciliação é vista por LORAUX (1994, p. 285) como uma característica de ligação inerente à *stásis*, destacando também que ela traz o desejo de ordem e justiça (Id., 1995, p. 324).

principalmente numa democracia, onde todos podem se exprimir, mas o custo disso a longo prazo é danoso não só aos homens, pois hoje em dia vemos nitidamente a irreversibilidade sendo causada ao ecossistema. E nem foi preciso haver a televisão e as *fake news* de WhatsApp para se descobrir o quão perigosa pode ser uma má educação. Platão, na *República* 564c, já descrevia como na democracia algumas vozes hábeis são capazes de iludir os pouco sábios com seus cantos de sereias. Essa classe de ilusionistas corresponde ao pior tipo entre todos os homens, e Platão faz uma tipologia dos perfis políticos e os compara a zangões, pois ele se encontra fora de qualquer ideal comunitário, não servindo nem como governante, nem como auxiliar devido à sua inerente e excessiva licenciosidade, sendo apenas “um esbanjador dos bens que estavam à sua disposição”¹⁰ (*Rep.* 564a), tal qual aquele mau militar e governante que conhecemos bem, um verdadeiro tirano contemporâneo.

A solução para evitar esses maus cidadãos é sempre apostar na educação. Ela é necessária para domar as más naturezas humanas e simultaneamente fazer com que as boas possam se desenvolver por completo. Para conseguir isso, podemos atualmente olhar a Antiguidade e nos instruir da sagacidade de um filósofo como Platão, que passou décadas de sua vida imerso em uma *stásis* quase constante¹¹. Isso o levou a dedicar muita tinta ao problema da educação que já vinha sendo discutido por seu mestre, Sócrates, quando este indagava se a virtude podia ou não ser ensinada e questionava aqueles que pareciam sábios, como os sofistas ou os poetas, mas que, na verdade, não eram. Porém, também não se pode romantizar o passado a ponto de achar que a solução tal qual sugerida ali pode ser aplicada, pois a Calípolis da *República* ou mesmo a Magnésia das *Leis* são espaços utópicos, não são cidades realizáveis no nosso mundo. No entanto, não há nada mais idiota que jogar fora toda essa discussão milenar baseada a partir dos escritos desse filósofo, afinal, não há prova maior de um ser imediatista, que não conhece nada além da própria experiência, desprezar a filosofia grega por mesquinaria. São séculos condensando o pensamento de grandes homens, que viveram épocas com mais mudanças, conquistas e derrotas que a nossa, viram impérios e cidades-estados ascenderem e caírem. É, portanto, uma idiotice sem tamanho recusar esse saber.

¹⁰ Para as citações da *República*, sigo a tradução de Anna Prado em PLATÃO (2006).

¹¹ LORAUX (1987, p. 11) se questionava se a *stásis* era inerente à vida cidadina, terminando por afirmar, mais categoricamente, que ela é sim parte integrante da vida política grega (Id., 1994, p. 284) e que ela é “para a cidade, um mal inato” (Ibid., p. 290, tradução minha); concluindo, assim, que “a *stásis* é parte integrante da política grega, mesmo se os próprios gregos tentavam sistematicamente negar a dimensão política ao tratar a guerra civil como uma calamidade, [...] estranha ao funcionamento normal da cidade que seria, nesta perspectiva, sempre pacífica” (Id., 1995, p. 304, tradução minha).

Modelos educativos da experiência grega

Grosso modo, nossa sociedade busca uma educação por meio de um sistema escolar e acadêmico mais inclusivo do que os que serão descritos aqui. Podemos até ironizar dizendo que Lesbos seria uma espécie de Escola da Ponte, Esparta um Colégio Militar e Atenas um internato católico apenas de meninos. Mas a realidade é que os modelos antigos não se pareiam com nosso mundo. Nossa palavra ‘escola’ até se origina do grego *skholé*, mas essa raiz significava apenas o tempo livre que os cidadãos poderiam usar para desfrutar da aquisição de cultura pelo estudo. No entanto, esse conceito contemporâneo de escola não é grego. Afinal, não há um paralelo no mundo helênico com nosso modelo de educação de massa, seriado em anos escolares, com sistema de avaliação e reprovação e desenvolvido em instituições patrocinadas pelo estado. O projeto de escola tal qual conhecemos é bem recente, originando-se a partir da Revolução Industrial, mas tomando corpo apenas próximo do século XX.

É por isso que agora irei me voltar a aspectos mais históricos do processo de *paideía* grega, pois para entender melhor como Platão pensa a educação é preciso ter uma noção de como o mundo helênico experimentava o processo educativo. Para isso farei um breve descritivo de como a educação se realizava em três *pólis*: Lesbos, Esparta e Atenas.

Os cidadãos de Lesbos, ao menos da aristocracia e tanto homens quanto mulheres, eram tidos como amantes das Musas, ou seja, pessoas bem-educadas. A principal referência quanto à educação nessa ilha é o *thíasos* da poetisa Safo, considerada a décima Musa por Platão¹². Este local seria uma espécie de escola feminina, a mais conhecida, mas não a única, pois concorria com outros *thíasoi* como os de Gorgo e Andrômeda. Há um problema com a historiografia dessa experiência educativa, pois são poucas fontes que nos chegaram devido à curadoria cristã que descartou, ao longo dos séculos, aquilo que não lhe servia. Além disso, não é à toa que temos a palavra ‘lésbica’, pois as escolas femininas de Lesbos possuem uma imagem relacionada às experiências homoeróticas que supostamente ali aconteceriam. Entretanto, isso é motivo de controvérsia e revisão entre os estudiosos já desde a antiguidade, além do que as duas principais fontes antigas a respeito são os papiros de Oxirrínco do século II ou III e a Suda, já do século X (LEITE, 2012, p. 45), escritos muitos séculos após Safo, que foi uma poetisa do séc. VII/VI a.e.c.

¹² É o epigrama 16 atribuído a Platão e presente na *Antologia Palatina* (ou *Anthologia Græca*).

Além disso, a má fama das mulheres de Lesbos foi constituída por uma visão caricatural presente nas comédias (SHIELDS, 1917, p. xviii) e registrada em texto por homens antigos e modernos.

Na verdade, é até difícil situar o papel social de Safo em Lesbos e mesmo atestar se ela tenha sido de fato uma professora, pois a depender da fonte, ela é descrita como a dirigente de um *thíasos*, de uma *hetaireía* ou mesmo de uma casa das Musas (LEITE, 2012, p. 48). Há até estudiosos que duvidem que Safo tenha sido de fato uma pessoa, havendo uma discussão, como em Homero, se ela não seria apenas um personagem poético (LEITE, 2012, p. 49). É certo que não se tratavam de mulheres reunidas com o único objetivo de explorarem seus corpos, pois ao contrário do que os comentaristas homens do século XIX pensaram a partir da interpretação do ‘eu’ existente nos poemas de Safo, ela não era uma mestra que ensinava a “educação sentimental”¹³ às jovens antes do casamento e decididamente não se tratava de um centro de formação nem de *hetairai*, nem de *pórnai*.

O que se sabe é que as estudantes eram meninas oriundas da aristocracia da região e que se dedicavam ao aprendizado de disciplinas como a música, o canto e a dança, ou seja, eram estudiosas da arte das Musas, a *mousiké*. Precisamos lembrar que as Musas, e também Eros e Afrodite que recebiam dedicações nos poemas, eram divindades pertencentes à religião grega, logo, há um contexto de devoção religiosa no aprendizado que não se deve esquecer, tanto é que Safo chama sua escola de casa das Musas e a participação em festivais religiosos era incentivada (SAFO, 1986, p. 12-13). Mas também não devemos excluir o componente homoerótico, pois ele está presente nos poemas de Safo (ex. frag. 94), exibindo “um espaço poético e, portanto, social, onde essa expressão era bastante permissível”¹⁴; ainda mais quando nos lembramos que aquele mundo antigo não conhecia a moral cristã.

Assim como as cidades que concentram universitários de hoje em dia, Lesbos foi um centro importante de educação até a época do Império Romano. Por ali passaram vários filósofos, matemáticos e cientistas, além de que os habitantes de Lesbos eram reconhecidos por seu talento musical (SHIELDS, 1917, p. xvi-xvii), lembrando que a *mousiké*, a arte das musas é algo muito maior que apenas música, de certa forma próximo ao que chamaríamos, hoje em dia, de artes liberais ou humanidades. Em suma, a

¹³ Conforme LEITE, 2012, p. 48.

¹⁴ LEITE, 2012, p. 53.

concorrência com outras escolas e a presença de estudiosos por lá provam que a cidade de Lesbos valorizava a educação e foi um local de grande riqueza cultural (ao menos para os ricos e aristocratas).

A *paideía* helênica contava com peculiaridades a cada cidade, de um ensino voltado para as artes em Lesbos, iremos agora ver algo quase oposto a isso. Esparta era uma cidade de guerreiros que lutavam corpo a corpo e o desenvolvimento de características físicas e da coragem era o objetivo maior para formar os cidadãos. A Lacedemônia contou, então, com uma educação para guerreiros, tida por várias fontes como um procedimento educativo austero e duro, mas voltada à comunidade, não sendo permitido aos pais educarem como desejassem seus filhos (RICHER, 2018, p. 525-526). Em suma, a *paideía* espartana era voltada para garantir à cidade guerreiros combativos, experientes e corajosos, nada além do que uma potência colonizadora exigiria de seus membros. Xenofonte usou o termo *paideía* para descrever a experiência educativa de Esparta, mas muitos comentadores hoje em dia utilizam o termo *agōgē*¹⁵, ou seja, essa educação é um guia para a guerra, caracterizada pelo treino militar, isto é, uma formação de soldados.

A educação espartana não negligenciava as meninas: Platão, em *Leis* 806a, afirma que as espartanas aprendiam tanto a ginástica quanto a *mousiké*. De acordo com Richer (2018, p. 537-538) é obscuro, contudo, como realmente se realizava a educação de espartanas, mas supõe-se que tiveram lições de leitura e escrita e provavelmente de aritmética. De maneira geral, a questão do desenvolvimento corporal se reflete na educação delas, pois foi algo caricaturado em comédias e representado em material iconográfico. Além disso, tal qual as mulheres de Lesbos, as espartanas eram mal faladas e tachadas de libertinas e lésbicas. Eis um indicativo do perfil dos escritos que nos chegaram: escritores homens que se sentiam ameaçados por mulheres pouco submissas, uma vez que tiveram, ao menos, uma educação similar a deles e podiam contestá-los à altura.

Há comentadores atuais indicando que haveria um paralelismo na educação de homens e mulheres em Esparta (RICHER, 2018, p. 538), mas no geral, essa educação, ou pelo menos os comentários feitos sobre ela, era focada na formação de adultos homens. Esse modelo educacional era dividido por faixa etária, iniciando-se aos sete anos e, provavelmente, mantendo unida a mesma turma em treinamento até a idade de vinte anos,

¹⁵ RICHER, 2018, p. 526.

quando passavam a formar o corpo de adultos jovens chamados *eírenes* ou *hēbōntes*¹⁶. Por isso, de maneira similar a como atualmente nos referimos a conceitos como Geração X ou Y de acordo com a data de nascimento, os espartanos costumavam identificar um indivíduo pela geração com a qual foi educado. Na época clássica, a educação dos lacedemônios era dividida por três faixas etárias: *país*, *paidískos* e *hēbōntes*, algo equivalente a uma separação entre criança, pré-adolescente e jovem.

Xenofonte, em *Constituição dos Lacedemônios*, descreve que a educação militarizada espartana incentivava a competição entre os jovens, pois acreditavam que assim chegariam à excelência (“*eis érin perì aretês*”) e desenvolveriam a *andragathía*, a bravura masculina (cf. Xen. *Cons. Lac.* 4.2). Trata-se, portanto, de uma educação rígida e convencional, capaz de marcar o caráter de um espartano ao longo de gerações. Platão, por exemplo, nota no *Hípias Maior*, 284b, que os lacedemônios não costumam mudar suas leis, nem educar seus filhos fora dos costumes. Essa educação conservadora perdurou ao longo de décadas e “tornou possível inculcar uma cultura comum e impor disciplina nas mentes e nos corpos”¹⁷. O resultado disso, como diz Xenofonte, em *Cons. Lac.* 2.2, é que modéstia e obediência se tornaram as companheiras inseparáveis de Esparta. Se hoje em dia isso nos soa uma educação ruim e autoritária, precisamos levar em conta a necessidade da disciplina em meio ao contexto militar e de guerra daquela época.

Esse sistema educacional da Lacedemônia foi supostamente projetado por Licurgo, o legislador espartano chancelado por Apolo. Destacar isso é importante para acentuar o caráter religioso, uma vez que se acreditava que o próprio deus de Delfos tinha sancionado ou mesmo entregue as leis a Licurgo. Platão, no *Protágoras* 342e-343c, comenta sobre a educação espartana e a relação com Apolo, pois muitos entusiastas desse modelo de educação, como o ateniense Sólon ou Tales de Mileto, supostamente, deixaram máximas concisas no templo de Delfos que são conhecidas até hoje. O interessante é que Platão no *Protágoras* não aborda a educação espartana pelo viés militar, mas sim pela sabedoria obtida pela concisão lacônica¹⁸, pois um espartano, como um perito arqueiro,

¹⁶ Os jovens espartanos entre vinte e trinta anos eram chamados de *eírenes*, *hēbōntes* ou mesmo *tá déka áph'ēbēs* (LIPKA, 2002, p. 131).

¹⁷ RICHER, 2018, p. 527.

¹⁸ É um lugar comum entre comentadores ver ironia no elogio ao saber espartano que Platão faz nessa passagem, mas acredito que isso seja, na verdade, apenas a consequência de uma história cultural onde

era capaz de fazer frases repletas de significados profundos, mesmo com poucas palavras. Isso seria, para Platão, em *Prot.* 342e, um indício de que:

a educação lacedemônia tem base mais ampla no amor da sabedoria [*philosopheîn*] do que no dos exercícios físicos [*philogymnasteîn*], certos de que a capacidade de enunciar sentenças desse tipo é característica de indivíduos de educação esmerada¹⁹.

Dessa forma fica claro que havia também o ensino de leitura e escrita além da ginástica, indicando que essa instrução fazia parte do treinamento ministrado pelo *paidonómos*, o surpreendente da educação (RICHER, 2018, p. 532). Outro ponto é que, no séc. VII, Terpandro, um poeta nascido em Lesbos tinha uma escola de música em Esparta e que na mesma época essa cidade produziu poetas reconhecidos por sua excelência como, por exemplo, Alcman e Tirteu.

Sobre a *paideía* ateniense, é preciso frisar que a Atenas Clássica excluía as mulheres da educação e do aprendizado para guerra, enquanto os meninos eram educados de acordo com as possibilidades financeiras de sua classe social. Os garotos pequenos tinham um *paidagōgós*, geralmente um escravo, com a função de tutor e que os levava a seus professores, os *didáskaloi*, e estes os alfabetizavam e ensinavam disciplinas como luta, música e retórica. Entretanto, em oposição ao seu tempo e cidade, Platão apresentava uma proposta revolucionária e de certo modo influenciada pelo modelo espartano, pois todos os homens e mulheres seriam ensinados pelo próprio estado, tanto em questões do corpo quanto da alma, tirando assim a influência familiar na educação.

Como Atenas não tinha educação pública nem escola de massa, as classes sociais eram determinantes quanto ao tipo de instrução que uma pessoa receberia. Os mais pobres, os *thêtes*, não teriam como pagar um professor ou um sofista, logo, se tivessem sorte conseguiriam saber o básico como ler ou escrever. Se além de pobre vivesse na parte rural de Atenas, é bem provável que nem isso. A parte urbana da *pólis*, a *ásty*, ao menos permitiria aos *thêtes* assalariados, à mercê da disposição de empregos temporários, conseguir alguma instrução melhor por causa da função a ser executada.

Ainda é lacunar a informação sobre a classe inferior de homens livres atenienses quanto à educação, pois há um teor classista tanto pela escrita antiga ter sido sempre um

prevaleceram as obras atenienses e somente poucos fragmentos dos espartanos. BARROW (2012, p.27-28) não só reconhece que Platão veria os espartanos como bem-educados moralmente, como infere que a influência do modelo educacional espartano na reforma da educação proposta na *República* seria aplicada às massas e não somente ao seletivo grupo de guardiões.

¹⁹ Sigo a tradução de Carlos Nunes em PLATÃO (2002).

espaço dominado pelas elites, quanto pelo fato de que, até bem recentemente, os comentadores sobre a Antiguidade não se mostravam muito interessados em pesquisar os subalternos em profundidade. Isso porque os *thêtes* formavam a classe censitária, pela constituição de Sólon, mais baixa entre os cidadãos atenienses, mas também por esta palavra, desde tempos homéricos, ter simbolizado todos aqueles que precisavam vender seu trabalho²⁰ para receber um *misthós*, um pagamento. Na época clássica, eles eram empregados no campo, na cidade ou como mercenários (GUÍA, 2015, p. 184), formando assim uma classe de assalariados (*misthōtoi*), pois ou não tinham terra ou a propriedade privada que possuíam não era suficiente para seu sustento. Dessa forma, viam-se obrigados a se submeter a um empregador, mantendo-se, assim, em uma relação muito desprezada pelo pensamento grego (e aristocrático) de liberdade e sentimento de autossuficiência²¹, tanto é que sua situação laboral os aproximava a escravos²², sendo comum trabalharem lado a lado na mesma função (GUÍA, 2015, p. 186-187).

Há, obviamente, uma distinção entre o *status* social do escravo e do *thês* que precisava vender seu trabalho, pois o primeiro era obrigado, pela força, àquela relação por tempo indefinido, enquanto o segundo teria algum direito de escolha, pois poderia, supostamente, eleger a quem seria submetido. Todavia, a condição de trabalho de um *thês* era tão nociva quanto a de um escravo, pois seu *status* de empregado era considerado como uma serventia, podendo exercer as mesmas tarefas de um *doûlos*, porém com um prazo contratual e condições definidas ao menos oralmente. Se, legalmente, o *thês* era ainda um cidadão livre, socialmente, sua condição, na prática, não era tão distinta de um escravo²³, pois era uma linha tênue que os separava.

Devido a essa aproximação de nível social, não é difícil concluir que a educação de um *thês* e um escravo seria, na maior parte das vezes, meramente uma instrução²⁴

²⁰ Conforme GUÍA (2015, p. 185) e NDOYE (1993, p. 268-269).

²¹ Por exemplo, com a crítica platônica da *misthophoría* no *Górgias* (515e), como também o paralelo de Aristóteles, em *Política*, 1277a-b, entre a função desses assalariados e os escravos; cf. GUÍA (2015, p. 187).

²² Há até indício de que seria possível a um escravo contratar um *thês* (NDOYE, 1993, p. 263) ou mesmo ter sua cidadania e *status* de homem livre infringido a ponto de poder ser preso e morto, sem julgamento, por seu chefe, pelo fato de ter matado um escravo, como aparece no *Eutífron*, 4c, de Platão; cf. GUÍA (2015, p. 186).

²³ Havia, na Grécia antiga, a escravidão por dívidas, onde um cidadão economicamente falido passava à condição de escravo, porém com a reforma de Sólon isso tinha sido proibido, mas como aponta GUÍA (2015, p. 190-191), é possível que, no século IV, a escravidão por dívidas tenha voltado, mas mascarada por um "contrato voluntário" para poderem burlar a lei.

²⁴ Muitos *thêtes* do séc. IV eram camponeses falidos ou que perderam terras na guerra (GUÍA, 2015, p. 187), possuindo, portanto, um conhecimento especializado e necessário para se manter com a produção agrícola, na linha dos conselhos campesinos que aparecem em *Os Trabalhos e os Dias* de Hesíodo.

orientada às características técnicas requeridas pela função determinada por seu chefe ou amo. Uma forma de educação com a qual os *thêtes* poderiam contar é aquela análoga à das guildas, as corporações de ofício da Idade Média, pois essa classe social tinha o predomínio de artesãos, possibilitando uma certa educação, o ensino técnico sendo passado entre familiares e até entre pessoas não aparentadas²⁵. Contudo, esse serviço especializado em alguma arte ou ofício, isto é, como um *bánausos* em oficinas da cidade²⁶, era ainda considerado um trabalho típico de escravo²⁷ e, portanto, visto como um saber inferior. A única chance real de um *thês* obter uma educação melhor seria pela pederastia, caso despertasse o interesse de algum aristocrata, ou se conseguisse juntar dinheiro para pagar sofistas, o que dado o tipo de trabalho que assumia, próximo a de um escravo, seria pouco provável ganhar um salário alto o suficiente para poder bancar financeiramente uma palestra ou curso de algum sofista²⁸, pois como Platão relata, esses professores cobravam bem caro.

Já a classe alta poderia obter uma formação mais avançada por meio do pagamento de sofistas, uma espécie de professores ou palestrantes itinerantes que por onde passavam atraíam seguidores dispostos a abrir mão de uma boa quantidade de dinheiro para obter seus ensinamentos. Platão é extremamente crítico a esses profissionais da educação e em sua obra é muito comum vermos Sócrates se digladiando com sofistas como Hípias, Protágoras ou Eutidemo ou mesmo com os pupilos deles. A grande questão é que, na perspectiva da crítica platônica, os sofistas não se importam com a justiça e apenas caçariam jovens endinheirados por meio de sua lábia e sua falsa sabedoria. Estes jovens ricos estavam dispostos a pagar algo tão custoso pelo motivo de que Atenas tinha se tornado uma cidade onde era muito comum processar ou ser processado por alguém em um tribunal. E, como caixeiros viajantes tirando produtos de sua mala, os sofistas faziam exposições para atrair interessados, procurando vender técnicas de oratória e retórica para ser bem-sucedido nos julgamentos, independentemente se aquele conhecimento seria usado para algo bom ou não. Logo, o interesse privado dos sofistas, isto é, o amor ao dinheiro e à fama, era seu principal impulso. Afinal, estes, como estrangeiros em Atenas,

²⁵ Um indício desse modelo de educação é o caso da medicina hipocrática, que mesmo não sendo um artesanato, era uma técnica ensinada entre um médico experiente e seu aprendiz, além do fato que os médicos, mesmo não tendo laços consanguíneos, poderiam se considerar da mesma família, apelidados de asclepiades, em referência a Asclépio, deus ligado à cura e a obtenção de saúde.

²⁶ GUÍA (2015, p. 192).

²⁷ GUÍA (2015, p. 193).

²⁸ Entretanto, essa possibilidade existe, pois o pai de Anito, o acusador de Sócrates, era um *thês* que obteve fortuna como curtidor, uma profissão pouco conceituada e que escravos também exerciam.

não precisariam ali ficar caso causassem dano à cidade, ou seja, se sua educação criasse maus cidadãos, eles apenas mudariam de ponto e seguiriam para outra pólis.

Assim como acontecia por toda Heláde, os atenienses podiam se educar também através do homoerotismo masculino, constituindo relações de *paideía*. Se por um lado essa palavra significa educação em sentido largo, ela também tem um sentido estrito que é a relação entre um homem mais velho, o *erastés* (o amante), e um adolescente masculino, o *erómenos* (o amado). Essa relação não era meramente um envolvimento sexual, pois era aceita pelos pais do jovem e chancelada pela cidade, formando um modo comum de transmissão de saberes principalmente entre a aristocracia. Mas não havia nada que proibisse relacionamentos entre classes sociais distintas, e é certo que um pobre, um *thés*, se fosse bonito ou bem articulado socialmente, poderia se aproveitar da *paideía* grega para subir de vida, tanto pelos contatos políticos quanto pelo aprendizado. No geral, a única coisa que um *erómenos* teria a oferecer seria seu próprio corpo e a lembrança de uma beleza jovial, mas, em contrapartida, era esperado do *erastés* que ele ajudasse seu amado a se socializar na vida política ou aprender alguma técnica, como cavalgar ou tocar flauta.

A proposta reformista em Platão

Platão tem uma visão mais negativa que positiva desse procedimento de *paideía* por relações homoeróticas. Nas *Leis* (636c e 836e) ele chega a dizer que seria uma relação contra a natureza, no entanto, seria anacrônico definir essa atitude dele meramente como homofobia, afinal, naquele tempo isso não era um problema e nem causava estigma, mas principalmente porque essa questão está relacionada com o fato de que a união entre homem e mulher seria, nas *Leis*, prioritariamente dentro do casamento e meramente com o objetivo de produzir filhos, isto é, novos corpos para a cidade. Apesar disso, no *Filebo* 32d aparece que a vida humana é uma mistura de prazer e sofrimento e que não há uma vida pura, além do que em diálogos como *Banquete* ou *Fedro* já era possível ver uma crítica incipiente à *paideía* (no sentido homoerótico), mas ainda possibilitando leituras positivas dela quando a experiência do *érōs* entre o amante e o amado não objetivava apenas o prazer do corpo, mas sim o cultivo da alma.

Entretanto, o Platão das *Leis* realmente pretende acabar com a relação entre *erastés* e *erómenos*, pois recusa o prazer corporal em prol de uma racionalização da

reprodução. O sexo, para o velho Platão, existe basicamente para reproduzir²⁹ e este ato serve para manter um número otimizado de pessoas necessárias para o bom funcionamento da cidade. Além disso, o projeto das *Leis* inclui uma revolução na educação, pois conta com um certo ensino de massa embrionário, já que os templos religiosos abrigariam magistrados responsáveis pelo estado quanto à educação de todos, em seu nível básico e continuando ao longo da vida, com a excelência de todos cidadãos sendo buscada em rituais e competições embasados no conhecimento da legislação tanto do governo quanto da religiosa. Esta última vinculada ao templo de Delfos, pois Platão fará com ele uma ponte por meio de seus sacerdotes *exēgētás*, que tratarão das leis de ordem religiosa. Logo, a *paideía* grega, entendida como relação entre um homem adulto e um jovem perderia sua função, pois a cidade de Magnésia não teria mais o prazer pelo prazer do corpo nem a necessidade de buscar outra forma de educação que não fosse essa que o estado já proveria.

A crítica à educação vigente está sempre presente ao longo de todo texto de Platão, mas podemos detectar ao menos três perspectivas diferentes. Uma primeira aparece imersa em vários diálogos, quando Sócrates debate com algum sofista sobre a questão da virtude poder ou não ser ensinada, terminando sempre em aporia. No entanto, na *República* vemos algo diferente que é uma proposição mais sistematizada para a educação, mas ainda com um teor idealista que nas *Leis* o autor tentou remover. Neste último livro, vemos Platão discutindo legislação, mas agora de maneira mais concreta, fazendo sugestões mais próximas do real e da possibilidade humana. Não considero esses três pontos de vista como um eco da interpretação dos textos platônicos conhecida como desenvolvimentista, no sentido de que gradativamente o autor estaria se distanciando da influência socrática, pois entendo Platão como um pensador muito pouco sistemático e que usa essas contradições para estimular a dialética, a discussão e o exame das propostas.

Em síntese, Platão prioriza a educação da alma, mas considera necessária a educação corporal, pois o corpo serve à alma e é a partir dele que a excelência humana pode se desenvolver de maneira completa³⁰. É por isso que a educação idealizada por Platão, tanto da *República* quanto nas *Leis* combina a educação do corpo e a da alma. Ao contrário de Lesbos, que priorizava a *mousikē*, e de Esparta, que enaltecia a *gymnastikē*, as cidades pensadas por Platão, a Calípolis da *República* e a Magnésia das *Leis*, buscam

²⁹ Na *República* existe um controle do sexo entre os guardiões, para evitar cruzamento entre irmãos, mas a atividade sexual mantinha-se livre caso não houvesse risco de produzir filhos (BARROW, 2012, p. 19).

³⁰ Cf. BARROW, 2012, p. 24.

uma educação integral de seus cidadãos, tanto pelo desenvolvimento corporal e maestria nas técnicas militares quanto nas artes das Musas, como a música, mas também a maior de todas as músicas, a filosofia (*Fédon* 60e-61b).

Treinar o corpo em conjunto estreita relações humanas e educar-se do ponto de vista intelectual, além de todo estofo para entender melhor o mundo em que se vive, cria vínculos de pertencimento cultural. Até porque muitas dessas artes, como o coro, exigem tanto do corpo com a dança quanto da alma com a música, inculcando a boa medida, o ritmo e harmonia já desde crianças, assimilando ideais morais como se estes fossem uma brincadeira. Ainda mais que, nas *Leis*, Platão segue em parte o modelo espartano e visualiza almoços em conjunto além de festas religiosas com competições musicais constantes como em Atenas. Todas essas atividades cívicas requerem o aprendizado e por meio dele prepara-se o cidadão e movimenta-se a vida na cidade, estreitando relações de amizade e favorecendo a assimilação de um viver em comunidade, ou seja, criando a *koinōnía* de maneira prazerosa e estreitando laços fraternais entre os concidadãos.

A principal questão com a educação em Platão é que ela é o instrumento que bons políticos podem usar para persuadir os cidadãos, por meio da legislação, desde a tenra infância, para inculcar neles – e não apenas adestrar, como alguns gostam de criticar – a necessidade de priorizar o bem comum e a justiça da cidade como um todo. Há um paralelo entre alma e cidade, no livro IV da *República*, que precisa ser lembrado, pois uma cidade formada por pessoas sábias, corajosas, temperantes e prudentes, isto é, virtuosas e excelentes, atingiria o máximo de perfeição possível no mundo humano. Do lado oposto, seres que, como os zangões, estão apenas pensando em interesses privados acabam trazendo injustiça a toda cidade tão logo adquiram magistraturas e poder. Simplesmente porque suas atitudes em prol do próprio poder pessoal constituem, na verdade, pequenos feudos de domínio que em longo prazo são capazes de gerar dissensão interna ao estado, levando ao rompimento de elos básicos de cooperação e vida em comum.

Conclusão

Dadas as diferenças culturais e temporais entre os exemplos gregos e nossa sociedade atual, não nos cabe importar a solução que era discutida para o mundo deles. Fazer um brasileiro aprender a tocar lira ou a lutar *pálē* não nos fará, logicamente, um país melhor. Mas temos a chance de nos espelhar no pensamento platônico, pois este

surgiu em meio às consequências da Guerra do Peloponeso entre Atenas e Esparta e da vivência em tiranias como a dos Trinta ou a de Dionísio em Siracusa. A reflexão dele resistiu não apenas porque foi poupada dos danos materiais da decomposição dos papíros, mas porque ele soube identificar que comunidades em ruína experimentam dissensão interna, pois erraram na educação e não cultivaram as virtudes de seus habitantes. Ou seja, não formaram bons cidadãos, apenas seres privados, meros idiotas com cidadania incompleta. Formaram indivíduos que acham que tudo que conseguiriam na vida, seja sucesso ou fracasso, foi fruto de seu próprio empenho ou má sorte e não que suas conquistas e derrotas foram influenciadas por políticas públicas, isto é, pela participação política e pela discussão relativa à capacidade de pensar maneiras justas de exercer o poder, onde o interesse privado torna-se restringido pelo bem-estar da própria comunidade.

Referências Bibliográficas:

ANGIONI, L. “Platão. Hípias Maior”. In: *Archai*. Brasília, n. 26, 2019, p. 1-51.

BARROW, R. *Plato and Education*. London: Routledge, 2012.

GUÍA, M. “La renovación de la dependencia en el siglo IV: los espacios de *thetes* y *misthotoi*”. In: BELTRAN, A.; et al. *Los espacios de la esclavitud y la dependencia desde la antigüedad*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2015, p. 183-199.

LEITE, L. “Sappho de Lesbos et l’expression homoérotique”. *Passages de Paris*, n.7, 2012, p. 44–53.

LIPKA, M. *Xenophon's Spartan Constitution*. Berlin: Walter de Gruyter, 2002.

LORAUX, N. “La guerre civile grecque et la représentation anthropologique du monde à l'envers”. *Revue de l'histoire des religions*, v. 212, n. 3, 1995, p. 299-326.

_____. “Oikeios polemos: La guerra nella famiglia”. *Studi Storici*, ano 28, n. 1, jan-mar, 1987, p. 5-35.

_____. “La cité grecque pense l'Un et le Deux”. *Mélanges Pierre Lévêque: Religion, anthropologie et société*, v. 8, 1994. p. 275-291. (Annales littéraires de l'Université de Besançon, 499).

NDOYE, M. “Hôtes, thètes et mendiants dans la société homérique”. In: MACTOUX, M.; GENY, E. *Mélanges Pierre Lévêque*. Besançon: Université de Franche-Comté, 1993, p. 261-271. (v. 7).

RICHER, N. “Spartan Education in the Classical Period”. In: POWELL, A. (ed.). *A Companion to Sparta*. Hoboken: John Wiley & Sons Ltd, 2018. (vol. II).

SAFO. *Poemas*. Tradução de Carlos Montemayor. Ciudad de México: Editorial Trillas, 1986.

SHIELDS, E. *The Cult of Lesbos*. Menasha: George Banta Publishing, 1917.

PLATÃO. *Diálogos: Protágoras*. Tradução de Carlos Aberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2002.

_____. *A República: ou Sobre a justiça, diálogo político*. Tradução de Anna Lia Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *As Leis incluindo Epinomis*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2010.